

O cuidado comunitário e a produção social da vida em territórios periféricos no sul do Brasil: uma análise interseccional

*Laura Cecilia López*¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Caue Rodrigues*²

Associação Ponto Gênero

*Natália Inês Schoffen Corrêa*³

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Resumo: Apresentamos resultados de pesquisa antropológica que abordou a relação entre dinâmicas de gênero e raciais e práticas do cuidado em um território urbano periférico de São Leopoldo/RS, durante a pandemia de COVID-19 e a subsequente crise climática. Analisamos narrativas biográficas de lideranças do bairro, relacionando o cuidado com trajetórias pessoais e do território. Identificamos práticas de cuidado com a manutenção da vida surgidas de coletividades e redes que articulam atores e tramas sociais. Reforça-se a importância do cuidado como responsabilidade em comum, tanto do poder público quanto das comunidades, para a busca de equidade.

Palavras-chave: cuidado comunitário; interseccionalidade; gênero; território; políticas públicas.

¹ Antropóloga formada na Universidad de Buenos Aires (UBA, Argentina). Doutora em Antropologia Social pela UFRGS. Professora do Departamento em Saúde Coletiva e do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da UFRGS. Líder do Laboratório de Interseccionalidades, Equidade e Saúde (LabIES).

² Bacharel em Psicologia pela Unisinos. Mestre em Ciências Sociais pela Unisinos. Pesquisador do LabIES. Presidente da Associação Ponto Gênero.

³ Graduanda em Psicologia e bolsista do PET-Saúde Equidade pela UNISINOS/SL. Integrante do LabIES.

Community care and the social production of life in peripheral territories of southern Brazil: an intersectional analysis

Abstract: We present the results of an anthropological study that examined the relationship between gender and racial dynamics and care practices in a peripheral urban territory of São Leopoldo/RS, during the COVID-19 pandemic and the subsequent climate crisis. We analyzed biographical narratives of community leaders, connecting care with personal and territorial trajectories. We identified life-sustaining care practices emerging from collectives and networks that bring together social actors and narratives. The study underscores the importance of care as a shared responsibility between public authorities and communities in the pursuit of equity.

Keywords: community care; intersectionality; gender; territory; public policies.

El cuidado comunitario y la producción social de la vida en territorios periféricos del sur de Brasil: un análisis interseccional

Resumen: Presentamos resultados de una investigación antropológica que analizó la relación entre las dinámicas de género y raciales y las prácticas de cuidado en un territorio urbano periférico de São Leopoldo/RS, durante la pandemia de COVID-19 y la subsiguiente crisis climática. Analizamos narrativas biográficas de líderes comunitarios, relacionando el cuidado con trayectorias personales y del territorio. Identificamos prácticas de cuidado orientadas al sostenimiento de la vida, surgidas de colectividades y redes que articulan actores y tramas sociales. Se destaca la importancia del cuidado como responsabilidad compartida, tanto del poder público como de las comunidades, en la búsqueda de equidad.

Palabras clave: cuidado comunitario; interseccionalidad; género; territorio; políticas públicas.

Neste artigo, apresentamos resultados e discussões de uma pesquisa que abordou a relação entre as dinâmicas de gênero e racial e as práticas do cuidado, na sua dimensão comunitária e na articulação com políticas públicas, em um território urbano periférico do sul do Brasil no cenário da pandemia de COVID-19⁴. Dialogamos com a produção teórica sobre cuidado, com destaque ao cuidado comunitário (VEJA, MARTÍNEZ e PAREDES, 2018) que é o conceito central que guiou a pesquisa, por abordar as redes de interdependência entre vários atores sociais, principalmente em regiões atravessadas por desigualdades sociais. Analisamos narrativas biográficas de ativistas sociais de um território periférico da cidade de São Leopoldo/RS, focando na produção do cuidado junto com as trajetórias pessoais e do bairro.

A pesquisa se insere no campo teórico-ético-político dos estudos interseccionais latino-americanos, no compromisso científico da busca por equidade e justiça social. Entrelaçando abordagens socioantropológicas, entendemos a interseccionalidade como dinâmicas sociais entrecruzadas e potencializadas que nos ajudam a compreender tanto o nível macro das relações de poder e a produção de desigualdades no Sul Global, quanto o nível micro das experiências localizadas e as subjetividades em contextos de colonialidade (GONZALEZ, 2020; VIVEROS-VIGOYA, 2016; CONNELL, 2016).

Adotamos uma perspectiva relacional para analisar as relações raciais e de gênero através das vidas localizadas de sujeitos e sociedades, atravessadas pelos processos históricos que as constituíram (CONNELL, 2016). Assim, abordamos raça e gênero como eixos estruturais dentro do sistema-mundo colonial/cispatrilhar/capitalista/moderno (LUGONES, 2008). Por sua vez, o cuidado é questionado pelos estudos feministas latino-americanos a partir da organização social e das profundas iniquidades no cenário regional em relação a como o trabalho de cuidado (seja ele formal ou informal; vinculado à manutenção da vida familiar, comunitária e/ou social) se distribui por gênero (BATTHYÁNY, GENTA e PERROTA, 2015; RICO e ROBLES, 2016; SORJ, 2014).

Helena Hirata (2022) define o cuidado como relação social de trabalho atravessada por afetos, emoções e responsabilidade para com os outros e por relações de gênero (e outras interseções). Nadya Guimarães e Helena Hirata (2020) identificaram três circuitos do trabalho de cuidado. O primeiro seria definido em torno do trabalho doméstico não remunerado visto como “obrigação”, relacionado ao afeto e à responsabilidade familiar. O segundo circuito seria o cuidado como “profissão”, que implica em uma mercantilização e que é marcada uma distinção com o trabalho doméstico remunerado. E o terceiro, o circuito das “ajudas”, remete à reciprocidade da vida comunitária entre a população empobrecida de países com desigualdades sociais marcantes como são os países latino-americanos.

Nesse cenário, o “cuidado comunitário” é um conceito potente, que vem da interseção das reflexões de feministas comunitárias indígenas e negras nas Américas e de feministas marxistas e diaspóricas localizadas no continente europeu.

⁴ O projeto intitula-se Equidade de gênero e políticas do cuidado em contexto de pandemia: pesquisa-ação em territórios da cidade de São Leopoldo. Foi executado entre os anos 2022 e 2024, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS 07/2021 - PROGRAMA PESQUISADOR GAÚCHO – PqG).

Cristina Vega, Raquel Martínez e Myriam Paredes (2018) convidam a pensar as diferentes maneiras de cuidar das vidas, principalmente das vidas às margens, resituando o comum, o coletivo. O cuidado comunitário é definido por elas como um conjunto de práticas heterogêneas que surgem de coletividades e redes que podem gerar apoio e atuar politicamente. A dimensão comunitária se organiza em processos híbridos que articulam instâncias públicas, economias e/ou relações de parentesco e vizinhança, sendo que a realização e a organização do cuidado estariam nas mãos da coletividade que faz próprias as condições de execução e seus benefícios.

As análises do cuidado comunitário nos permitem olhar a produção social da vida descentrando o Estado como única possibilidade de manutenção, mas, ao mesmo tempo, nos instigam a tecer críticas aos discursos e práticas neoliberais, que precarizam as condições do “comunitário” como algo focalizado, promovendo a responsabilização das mulheres pobres ao privatizar o cuidado nas famílias e como responsabilidade individual (BRUGÈRE, 2023; TAJER, 2012; LÓPEZ, SITO e BARRERO-RAMÍREZ, 2021). Falar em cuidado no âmbito comunitário deve necessariamente estar atrelado à “democracia, justiça social, solidariedade, política social, capacidade de acesso aos bens sociais e dos tensionamentos e restrições produzidas pelos fatores econômicos” (CONTATORE, MALFITANO e BARROS, 2019: 18).

As redes de cuidado comunitárias existem em muitos grupos sociais como maneira de existir e resistir frente a situações que potenciam a precariedade e a morte (SOLANO e ICAZA, 2019). Pode-se dizer que as pandemias (e crises de diferentes ordens, sejam sanitárias, climáticas, políticas) ativam/potencializam formas e experiências sociais de sofrimentos e precariedades já existentes, mas também instigam a criação e transformação das maneiras de lidar com essas experiências. Formas de violência inscritas nos corpos subalternizados através de longas histórias de colonização, de processos políticos e econômicos produtores de desigualdades globais são reatualizadas em contextos de crises sanitárias (exemplo, o aumento da violência intrafamiliar que recai sobre mulheres, crianças, pessoas LGBTI+), mas também as formas de resiliências e resistências que esses sujeitos foram criando, por exemplo, no ato de assumir o cuidado dos outros como responsabilidade social ou ao denunciar publicamente as precariedades da vida e do cuidar (LÓPEZ, RODRIGUES e CORREA, 2024).

Tendo em vista essas discussões, a nossa pesquisa indagou em como se articulam gênero, raça e cuidado em territórios atravessados por desigualdades e violências estruturais de longa data. Cabe destacar que começamos a delinear este projeto em 2020, no auge da pandemia de COVID-19. Nossas primeiras indagações estiveram concentradas nos desdobramentos nesse cenário, somado ao contexto brasileiro de crise democrática relacionada às políticas de morte (austeridade e ajuste estrutural da máquina pública, cerceamento de acesso a direitos básicos, violações de direito à vida de populações negras, indígenas e LGBTI+, e as próprias ações negacionistas que multiplicaram as mortes por COVID-19 no país) na conjuntura do governo Bolsonaro.

Realizamos um diagnóstico, junto com a comunidade, sobre como as dinâmicas de gênero e raciais permeiam a organização das vidas e da saúde e a distribuição dos cuidados no território, e qual é a relação de homens e mulheres com sistemas de cuidado e políticas públicas. Partimos do pressuposto de que a crise sanitária potencializou desigualdades na distribuição de cuidados, mas também abriu possibilidades criativas de (re)organização do cuidado na sua dimensão comunitária. Tal dimensão foi central para nossa investigação, tanto para mapear

formas que existiam no território pesquisado, quanto para observar como as novas/antigas formas persistem no tempo frente a outras situações complexas, como é o caso da crise climática que vem afetando de sobremaneira o estado do Rio Grande do Sul.

Caminhos metodológicos

Tratou-se de pesquisa qualitativa alinhada com a abordagem de Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2021: 53) das pesquisas interseccionais entendidas como práxis críticas, ao incorporar a interseccionalidade na sua dimensão analítica e como prática característica dos ativismos de movimentos sociais, de sujeitos e coletivos na esfera pública, que “desafiam o *status quo* e visam a transformar as relações de poder”. A ideia que propõem as autoras é de congregar essas potências, para provocar mudanças na própria academia e para além dela.

Um primeiro passo foi a localização do contexto em que seria realizada a pesquisa. Isto foi definido durante a pandemia, em 2020, em reuniões online com a equipe de pesquisa e pessoas vinculadas a organizações da sociedade civil da cidade que trabalham com a equidade de gênero. São Leopoldo está localizada na região metropolitana de Porto Alegre, conta com uma população de 217.409 habitantes, conforme o Censo do IBGE 2022. Definimos como território de implementação da pesquisa, o bairro Feitoria, com o critério mais relevante da existência e presença marcante de mobilizações coletivas e associações comunitárias, no sentido de facilitar a articulação de redes para realização do estudo. Feitoria é o maior bairro do município, com uma população aproximada de 37 mil moradores.

Incorporamos na equipe, pesquisadoras e pesquisadores que moravam e/ou que tinham atuação comunitária no bairro para definir elementos e circunstâncias que formaram parte do delineamento da pesquisa, trazendo o ponto de vista das pessoas que vivenciam o território no seu cotidiano. Também se destacou o fato de ser uma equipe diversa em termos raciais e de orientações sexuais, sendo um ponto importante para a realização de uma pesquisa interseccional.

Realizamos uma etapa de entrevistas (online e presenciais) com lideranças comunitárias, agentes comunitários de saúde e outros trabalhadores da rede de saúde no bairro, assim como de observações de campo em diversas situações. As entrevistas tiveram o intuito de mapear o território, em termos de quais equipamentos públicos e privados, redes de serviços, organizações da sociedade civil, espaços de lazer, espaços religiosos, etc., estão presentes no bairro; assim como quais são os espaços formais e informais de cuidado com a vida dentro da comunidade e quem participa. Privilegiamos as narrativas biográficas das/os entrevistadas/os, relacionadas à trajetória social e práticas de cuidado ao longo da vida⁵.

Do mapeamento realizado, percebemos uma grande quantidade de equipamentos públicos descentralizados, assim como uma variedade de associações e coletivos atuantes no território. Para os fins desse artigo, escolhemos centrar nossa análise no espaço do conjunto habitacional Cohab Feitoria, com destaque à Associação de Moradores por apresentar um processo de retomada no contexto da pandemia.

Como estratégia analítica, utilizamos a Análise Crítica de Discurso nas suas

⁵ Foram entrevistadas 18 pessoas (11 mulheres e 7 homens, todas pessoas cisgênero; sobre identificação étnico-racial, 3 indígenas da etnia kaingang; 6 pessoas negras e 9 brancas), ocupando as mais variadas posições dentro da comunidade e exercendo o cuidado também de formas plurais.

vertentes latino-americanas, na medida em que nos permite aproximação ao caráter produtivo do discurso, em um duplo sentido: como o discurso produz a sociedade e a sociedade produz o discurso (BERARDI, 2003). Neste texto, analisamos as narrativas biográficas de duas lideranças comunitárias negras (uma mulher e um homem de diferentes gerações, moradores do Cohab Feitoria), reconstruindo alguns processos históricos de conformação do território e como aparece o cuidado comunitário nesse percurso.

Cuidados comunitários, territórios de vida e trajetórias sociais

Reconstruímos nas entrevistas com lideranças comunitárias percursos de lutas por acesso a vários direitos sociais, que acompanharam as histórias dos centros urbanos brasileiros em expansão a partir da década de 1970, com acirramento das desigualdades dentro das próprias cidades e a criação de espaços de exclusão cada vez mais acentuados. Assim, as lutas por creches, educação, moradia, saúde, espaços culturais e de lazer, vão emergindo nas diversas cidades do Brasil. Nesses processos, os cuidados comunitários estiveram presentes de diversas maneiras, como formas de resistir a apagamentos e a precariedades e garantir a manutenção das vidas.

A cidade de São Leopoldo está localizada na região do Vale do Rio dos Sinos, no nordeste do estado do Rio Grande do Sul. A ocupação originária desta região era do povo kaingang. Interessante notar que existe a aldeia Por Fi Ga na cidade, produto de uma retomada contemporânea de um grupo de famílias kaingang que atualmente residem em um território no bairro Feitoria que foi reconhecido/regularizado como Terra Indígena em 2010.

Se retomarmos o histórico do bairro, no período colonial, a Real Feitoria do Linho Cânhamo (depois chamada Imperial Feitoria do Linho Cânhamo) instalou-se em 1788, na localidade então designada Faxinal do Courita, ao sul do Rio dos Sinos. A Feitoria foi criada com o propósito de produzir linho e cordas para embarcações, com exploração de trabalho escravizado de africanos e seus descendentes. Estudos historiográficos referem aos maus-tratos infligidos a esta população pelos administradores locais e as precárias condições de vida da população negra na região (NUNES *et al.*, 2013).

O território do atual bairro Feitoria albergou a Casa da Feitoria, construída pelo Governo Imperial para servir como sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo, habitada pela população negra escravizada que trabalhava lá. A Casa da Feitoria esteve em funcionamento até 1824, desativada meses antes da chegada de migrantes alemães. Foi utilizada para abrigar esses migrantes que chegaram a São Leopoldo, e assim passou a ser reconhecida como Casa do Imigrante (SELAU e SCHNEIDER, 2021). A mudança representou uma tentativa de apagamento histórico do local através do embranquecimento, retirando o passado escravocrata presente na região e enfatizando apenas a herança “germânica” do local (SILVA, 2022).

No estudo realizado por Nunes e outros (2013: 277) sobre as memórias de trabalho da população negra na cidade de Novo Hamburgo (também localizada no Vale do Rio dos Sinos) é ressaltada a mudança de imaginário que foi promovida pelas elites locais durante o século XIX, “perseverando a imagem da etnia alemã como aquela que foi capaz de transformar a paisagem do Vale do Rio dos Sinos, antes de uma ‘senzala de escravos’, numa ‘colônia de livres’”. Esta mudança correspondia à decadência dos modos tradicionais de apropriação da terra no Rio

Grande do Sul (a pecuária e a agricultura extensiva). Isto levou ao abandono da plantação de cânhamo e a instalação de uma grande fazenda de criação de gados para a exploração do couro que, mais tarde, a indústria alemã transformaria em fonte de riqueza particular e pública. Cabe destacar a forte relação entre o trabalho com o couro e a ocupação ancestral da população negra, que foi absorvida de maneira desigual na força de trabalho dessa indústria (NUNES *et al.*, 2013).

Durante o século XX, a região se transformou em um polo de produção coureiro-calçadista, com o auge desse processo durante a década 1970 (cuja produção se colocou no mercado internacional) e uma forte crise a partir dos anos de 1980 e 1990. Migrações das áreas rurais para as cidades, acontecidas durante as décadas de 1960 e 1970 em todo o Brasil, aconteceram fortemente nessa região, com destaque às possibilidades de trabalho na produção de calçado. Gerou-se uma grande expansão urbana, gerando um déficit habitacional.

Sampaio (2015), na sua análise das políticas habitacionais na cidade de São Leopoldo, destaca que entre as décadas de 1970 e 1980, com o grande volume de recursos para financiar habitações populares, verificou-se uma expansão do processo de ocupação territorial através da construção e venda de conjuntos habitacionais. Entre 1976 e 1982 foram construídas 37.000 unidades na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), sendo que em São Leopoldo foram dois conjuntos habitacionais, conhecidos como Cohab Feitoria e Cohab Duque de Caxias. Assim como ocorria em outras cidades, esses conjuntos foram construídos em zonas periféricas de ocupação, que se ligavam por poucos eixos ao restante da cidade, com vazios urbanos representando barreiras e distanciamento (UGALDE e RIGATTI, 2007).

Muitas das pessoas que foram morar no Cohab Feitoria foram atraídas para a região pelas possibilidades de trabalho na indústria coureiro-calçadista e ainda pelas condições de acesso à moradia popular. Uma das nossas entrevistadas, uma mulher negra de 57 anos liderança comunitária⁶, narrou sua história pessoal imbricada à história do bairro. Sueli morava originalmente em Novo Hamburgo, numa área de ocupação. Com o agravamento das situações de pressão para a restituição de posse dos terrenos e as violências que se potencializaram, sua família assim como outras também se mudaram na década de 1980 para o conjunto habitacional Cohab Feitoria, devido às condições de acesso que se adequavam à sua realidade socioeconômica. Conta Sueli que uma das primeiras mobilizações no bairro foi dos jovens que eram também trabalhadores e estudavam no turno noturno. Naquela época foi marcante para ela, uma jovem de 17 anos, a mobilização por acesso ao ensino médio noturno no bairro, já que o único ofertado era na área central da cidade.

Por várias situações da vida, principalmente quando se casou, Sueli transitou por bastante tempo entre as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo. Nessas idas e vindas conheceu várias lideranças, principalmente mulheres negras, que a formaram como liderança comunitária. Atenta às condições de direitos das mulheres, principalmente de mulheres negras, começa a atuar em duas frentes de mobilização: a da instalação de uma creche e a demanda de Unidade Básica de Saúde (UBS) no território. Sobre a primeira demanda, Sueli refere que ela retornou ao bairro e começou a militar “de outra forma, saindo da linha da juventude mais para a linha da mulher trabalhadora, mulher negra liderança. Então a gente percebe aqui uma falta muito grande de creche”. Depois de uma “briga muito

⁶ Para além de participar de vários movimentos sociais da cidade, Sueli é assistente social de formação e mestra em ciências sociais. Foi também parte da equipe de pesquisa.

grande” (nas palavras dela) foi criada uma creche numa associação antiga no município, que congregava operários e operárias da cidade. Porém, as condições eram ainda díspares para muitas mulheres do bairro:

Tinha um detalhe importante: somente as mães trabalhadoras de carteira assinada poderiam ter seus filhos na creche. Ou seja, se eu sou diarista, eu não consigo colocar meu filho na creche. Então a gente começa a perceber uma construção dentro do bairro, que a gente fala que é as mães-avós. Assim como a minha mãe, outras mães passam a exercer esse papel da cuidadora da criança. E a partir daí a gente percebe que há um rodízio de avós, acho que é bem interessante isso. Ah, a avó precisa sair pra um determinado lugar, um médico, não sei o que, deixa o seu neto com a sua colega, amiga, e ela cuida desse neto da amiga, entende? Então há um rodízio de avó, um cuidar de avó.

Esse relato traz elementos para desvendar uma rede de cuidados comunitários entre mulheres, constituindo vínculos ampliados de parentesco que estendem o trabalho e o modo de cuidar (“um cuidar de avó”) no território. Entendemos que esse cuidado está mediado pelo afeto e pela responsabilidade com o coletivo na figura de “mãe-avó”. Essa articulação comunitária feminina vai ao encontro da afirmação de Claudia Fonseca (2002: 5) de que cuidar de uma criança “mobiliza uma rede de adultos que se estende para além do próprio grupo de parentesco”, e que se faz necessária para garantir o sustento e o cuidado das famílias e suas integrantes, incluída aqui a possibilidade de acessar o serviço de saúde.

Como analisa Ranna Correa (2022), a luta pela legitimação do acesso à creche como direito a ser garantido pelo Estado tem sido uma pauta central de mulheres e movimentos feministas nas comunidades periféricas nas últimas décadas, transformando-se em uma das formas de compartilhar socialmente o cuidado de crianças. Na sua tese de doutorado sobre a atuação política comunitária de mulheres e famílias no Morro da Polícia na cidade de Porto Alegre/RS na luta pelo direito à creche, a autora analisa os ativismos cotidianos, as articulações políticas e as mobilizações comunitárias, para desvendar uma teia complexa na relação dessas mulheres com equipamentos públicos ao reivindicar acesso a direitos essenciais e estruturais, em busca de uma vida digna para si, para a família e para a comunidade (CORREA, 2022).

Essa rede de cuidados abarca não só o corpo das crianças como também o corpo das mulheres:

E a gente percebe também uma relação muito interessante, porque também não havia dentro da Feitoria, médico. Não tinha posto de saúde, você tinha que ir até o centro. E no caso das mulheres, tinha um posto de saúde especificamente para as mulheres. Então você tinha que ir naquele posto. Então, como não tinha medicina convencional, havia por parte dessas senhoras, as senhoras rezadeiras. Então, “eu estou como uma dor, uma cólica menstrual, não sei o que e tal”, vai na rezadeira, que ela indicava um chá. Tinha as parteiras, por exemplo, que ficavam ali acompanhando essas mães. Não tinha um ginecologista, mas tinha então as parteiras, que eram aquelas senhoras que acompanhavam a gestação dessas mulheres. O [Centro de Saúde] Materno Infantil era o nome do posto de saúde, que era para as mulheres. Aí você tinha que ir ao centro da cidade. E daí não tinha uma passagem. Então tinha essa rede de proteção que era dessas mães, dessas avós e essas rezadeiras, que faziam esse papel da medicina convencional.

Interessante notar que esses cuidados com a saúde são presentes nas formas de cuidado tradicionais, como é o caso das parteiras, fazendo parte de complexos sistemas de cuidado que envolvem práticas de saúde sexual e reprodutiva, com atuação entre pessoas desassistidas por equipamentos estatais e/ou porque esses equipamentos não contemplam seus mundos de vida (SCHWEICKARDT *et al.*,

2020). Infelizmente, não percebemos uma articulação avançada entre esses saberes e práticas e os da rede oficial de saúde.

Referente à demanda pela instalação de uma unidade de saúde no bairro, a UBS Cohab Feitoria foi criada no ano de 2009. Pode-se entender que foi um dos produtos das lutas pelo direito à saúde e expansão da rede de atenção à saúde que se deu naquela época no Brasil e no próprio município, com a descentralização crescente e o fortalecimento da Atenção Básica. O primeiro equipamento de saúde do território foi o Centro de Saúde Feitoria, localizado na região central do bairro. Porém, esse equipamento não dava conta das demandas de saúde da população. Atualmente a UBS Cohab Feitoria compreende três equipes de Saúde da Família (eSF), possui mais de 10.000 usuários cadastrados e amplo território dividido em três áreas distintas, se constituindo na maior UBS do município.

Na sua dissertação de mestrado, Sueli (que passamos a citar como Silva, 2022) analisou as trajetórias escolares de jovens negros moradores do bairro Feitoria, considerando que o abandono da escola tem reflexos de desproteção social. Retomamos aqui a reconstrução da história do território que a pesquisadora faz, sendo um bairro marcado pelas vivências da população negra e pelo racismo estrutural. Na década de 1990 houve várias iniciativas de organização política dos jovens, principalmente na demanda por espaços descentralizados de cultura e lazer. Estes jovens empreenderam uma revitalização de espaços existentes de cultura negra como as três escolas de samba que existiam historicamente no bairro e as bandas de fanfarras que funcionavam nas escolas, que disputavam entre si e que naquela época os jovens introduziram os toques africanos nas bandas. Constituíram também novos espaços, como os coletivos de hip hop e a presença da prática do skate no bairro.

(Re)constrói-se uma trama de cultura *amefricana* (GONZALEZ, 2020) envolvendo os grupos de dança, a cultura hip hop, as escolas de samba, as casas de religião de matriz africana e associações emergentes que disputam seu lugar num espaço público marcado por um processo de apagamento da história e presença negra no bairro. Como Silva (2022) contextualiza, essa “efervescência afro” sofreu um novo apagamento, vinculado com os processos de expansão do tráfico de drogas e marginalização das periferias urbanas nas últimas décadas, sendo este o cenário para sua análise sobre evasão escolar e extermínio de jovens negros no bairro.

Alguns desses jovens mobilizados desde a década de 1990 se tornaram importantes lideranças comunitárias da atualidade. É o caso de Jonis, um homem negro de 40 anos, que nasceu e cresceu no bairro. Sua vida acompanhou a história da Cohab Feitoria. Desde jovem, foi parte dos movimentos culturais no bairro relatados anteriormente vinculados à comunidade negra.

Em 2021, ele e outros parceiros de militância social e cultural decidiram disputar as eleições da AMOCF com uma proposta diferenciada:

Quando a gente assumiu a Associação aqui, cara, todo mundo olhou assim “bah, o que que eles vão fazer agora?” Tipo... “bah, deram a chave da Associação pros pretinhos lá”. Nós éramos vistos como uma gestão que ia... porque nós somos da cultura, né? Então a nossa gestão é da cultura, por isso que a gente abriu as portas, né? Vamos abrir para as atividades e tal, porque a nossa base é a cultura. Então, muita crítica no início a gente recebeu que ia ser só evento noturno e tal.

Cabe notar que foi a primeira gestão de homens negros vinculados a movimentos pela democratização e valorização da cultura e do lazer no bairro. Isto desestabilizou os membros mais antigos da Associação, tendo em vista os este-

reótipos acionados comumente relacionados aos homens negros como “produtores de violência” ou pela “ausência de cuidados” (VIVEROS-VIGOYA, 2018). Como analisamos em outro artigo (López et al, 2024), o exercício do lugar de cuidadores por parte desses homens negros abre possibilidades de construção e reconhecimento de masculinidades gênero-sensíveis e racialmente conscientes.

Sobre o início da gestão, Jonis ressalta as complicações da pandemia, mas também as possibilidades de cuidado articulando vários atores sociais presentes no bairro:

Logo que assumimos nós entramos em contato com as Secretaria de Saúde, com o poder público, para trazer a vacinação para a Associação, a vacina do Covid, porque a vacina era dada só nas unidades básicas, assim, pro lado do centro também, né, e como a comunidade também tem essa dificuldade, né, às vezes tu não tem o dinheiro da passagem para pegar um ônibus. Então no dia 10 de dezembro, a nossa primeira ação na Associação foi a vacina da Covid, né, da primeira, segunda, e terceira dose. Então a nossa primeira marca, né, da nossa gestão, foi trazer a vacinação. Porque muita gente não tinha sido vacinada ainda, né, tanto que aquele dia ali foi um pouco mais de trezentas pessoas.

A disputa pela questão da vacina no contexto da pandemia de Covid-19 “provocou uma tragédia sanitária que colapsou os sistemas públicos e privados de saúde” (FLEURY e FAVA, 2022: 248), sendo que o atraso na imunização da população e os problemas na distribuição de doses da vacina contribuíram para o recrudescimento da pandemia. A centralização das ações de vacinação foi um dos problemas que muitas cidades brasileiras enfrentaram, inclusive São Leopoldo. Nesse cenário, tornou-se importante a ação comunitária para promover o acesso à vacinação na periferia da cidade (LÓPEZ, RODRIGUES e CORREA, 2024).

Uma modalidade de cuidado que surgiu nas regiões periféricas da cidade para dar conta da fome como um problema estrutural que se agravou com a pandemia, foram as cozinhas comunitárias. Estas ações coletivas começaram de maneira totalmente voluntária e posteriormente foram apoiadas por um programa da Secretaria de Assistência Social do município. Porém, as cozinhas continuam com problemas de adquirir insumos e dependem do trabalho voluntário para funcionar. No caso da Feitoria, o projeto “Tá na Mesa” surgiu como uma cozinha comunitária, com trabalho voluntário de mulheres e homens da comunidade e doações de alguns órgãos e individuais para comprar os insumos. A ação acontece segundas e quartas-feiras e serve em torno de 200 almoços semanais. Jonis relata como esse projeto surgiu:

Nós já somos um bairro, que é periferia, né, pessoas mais pobres, enfim. E com a pandemia muita gente ficou desempregada, muita gente perdeu, quem tinha emprego uns perderam o emprego também. E a gente também tem bastante pessoas aqui, né, mães solo como chama. Que é a mãe e os filhos, né, então ela tem que pegar e, de alguma forma, sustentar a sua família. Então logo na frente, a gente conseguiu esse projeto de alimentação. Nós gostaríamos que esse acontecesse todos os dias, só que a gente não... como a gente recebe doações do comércio local, e eventos que a gente faz também, com entrada de 1kg de alimento, a gente consegue manter esses dois dias, né, mas se a gente conseguisse abranger pra mais dias na semana, a gente ia fazer isso também.

Em junho de 2023 teve um ciclone que provocou enchentes do Rio dos Sinos que afetaram diretamente o bairro. A AMOCF acolheu moradores desabrigados e ofereceu refeições para as pessoas afetadas. Observamos que as ações locais comunitárias e os serviços públicos descentralizados foram fundamentais para enfrentar a situação e ter uma resposta mais rápida do que os órgãos centralizados da prefeitura. Vale destacar que em maio de 2024, com as enchentes no Rio Grande do Sul, e especificamente em São Leopoldo, a Associação continuou em

atividade, coordenando doações e abrigando famílias de outros bairros mais atingidos desta vez.

Pode-se perceber o cuidado como rede de interdependência entre pessoas, coletivos, instituições, que abraça amplamente as vidas no território. As enchentes são uma constante nessa região próxima ao Rio dos Sinos, sendo um problema estrutural que desvela as precariedades do poder público para dar conta dessas situações, agravadas nos últimos anos com a crise climática que assola o estado do Rio Grande do Sul. Vemos que a cooperação através do trabalho voluntário, das doações, da cedência das sedes das associações, cria uma trama de cuidado comunitário que se expande com as novas crises.

Pontuaremos a seguir algumas possibilidades analíticas, dialogando com as dimensões do cuidado delineadas por Helena Hirata (2022).

Em primeiro lugar, entende-se o cuidado como *relação social de trabalho* em que estão enredadas a disposição e as práticas materiais das cuidadoras e dos cuidadores para com as/os beneficiárias/os do cuidado; e como *processo*. Nas narrativas apresentadas, as fases de “preocupar-se com”, “cuidar de”, “dispensar cuidados” e “receber cuidados”, apontadas por Hirata (2022), aparecem conforme as pessoas vão percebendo as necessidades no território e se engajando em ações coletivas. As pessoas vão assumindo responsabilidades com os outros e prestando cuidado, como foram ressaltados os casos marcantes das mulheres cuidadoras de crianças para suprir a falta de creches, e mais recentemente a retomada da AMOCF para ações relacionadas a necessidades conforme as crises sanitária e climática. Ampliam-se as possibilidades de cuidados com as vidas no território, sendo acionadas tramas das culturas de matriz africana presentes no bairro. Sobre o “receber cuidados”, os próprios cuidadores e cuidadoras expressaram ocasiões em que passaram a ser sujeitos que recebem cuidados, mas esse “receber cuidado” é uma discussão interessante de se colocar: quem cuida dos sujeitos que exercem o cuidado comunitário e que dão conta das múltiplas necessidades de vida pessoal, familiar e comunitária?

Em segundo lugar, ressaltamos a *relação entre cuidado e desigualdades sociais*, questionando como os cuidados comunitários se tornam centrais para as vidas no território, principalmente durante as crises e considerando a precarização ou ausência de equipamentos públicos. Nessa pesquisa, os espaços descentralizados e não vinculados diretamente ao poder público mostraram maior sensibilidade e proximidade com a comunidade em contextos críticos. A retomada da AMOCF foi um exemplo marcante no bairro, sendo “recuperada” como espaço comunitário num momento de crise como foi a pandemia. Inclusive, ao articular equipamentos públicos presentes no território, como a UBS.

Em terceiro lugar, o cuidado como *responsabilidade*, tanto do ponto de vista de políticas públicas quanto de indivíduos. As e os cuidadores mencionados demonstram uma responsabilidade coletiva com as vidas no território, mas também elaboram demandas do ponto de vista de políticas públicas. Isto refere a uma ética do cuidado como responsabilidade de diversos atores sociais, reforçando uma lógica de garantia de direitos (HIRATA, 2022; BRUGÈRE, 2023).

Esta dimensão se torna fundamental para contornar o cuidado como foco de política pública, descentrando-o do terreno do privado e como próprio de mulheres ou de famílias, tal como as políticas neoliberais de “combate à pobreza”, incentivadas por atores globais, vêm favorecendo. Conforme questiona Tajer (2012: 15), os homens são os grandes ausentes das políticas focalizadas e a expectativa recai sobre o seu papel de “provedores econômicos e sociais, sendo socialmente

sancionados quando não podem ou querem cumprir tal papel”. Essa ausência reforça a expectativa social e a naturalização de que as mulheres continuem a ser “as principais cuidadoras da família e as agentes do sistema de saúde do domicílio a partir de sua capacidade empática, receptiva e compreensiva” (TAJER, 2012: 15). Este último ponto nos leva ao que Hirata nos chama a entender sobre o cuidado como *relação social atravessada por relações de gênero*, sendo um trabalho que recai principalmente nas mulheres. Ampliamos essa definição, incorporando as masculinidades e as relações raciais para pensar a distribuição do trabalho de cuidado comunitário.

Podemos ressaltar que, quando falamos de mulheres (e homens), não referimos a uma mulher “genérica do Terceiro Mundo”, como Chandra Mohanty (2008) nos instiga, mas à heterogeneidade de vidas e condições materiais na *intersecção de gênero, raça, classe e outras dinâmicas* também produtoras de desigualdades. As feminilidades são atravessadas por dimensões de raça e classe, conforme destaca-se na fala de Sueli, e o cuidado de crianças, por exemplo, aparece como socialmente distribuído entre mulheres negras e pobres como estratégias locais de manutenção da vida, como a figura das mães-avós. Considera-se a precariedade dos equipamentos públicos e até de algumas associações da sociedade civil no enfrentamento dessas situações.

Sobre as masculinidades, conforme Raewyn Connell (2016), elas devem ser compreendidas como elemento dentro de uma estrutura e de dinâmicas de gênero, expressando-se nas relações de poder que colocam os homens em uma posição dominante sobre as mulheres. Porém, essa relação de poder não é absoluta e diferentes tipos de homens (negros, indígenas, trans, gays) têm diferentes posições nessas dinâmicas (CONNELL, 2016). No caso analisado, vemos que homens negros ocupam posições de cuidadores na comunidade, o que desestabiliza os estereótipos relacionados a gênero e raça sobre quem é socialmente promovido a exercer o cuidado. Coloca-se a questão de como podemos fortalecer socialmente masculinidades cuidadoras, tal como propomos em López, Rodrigues e Correa (2024).

Consideramos também que, se tratando de pessoas negras exercendo o cuidado comunitário em um território atravessado pelos efeitos do racismo estrutural, expressa não só uma resposta à desproteção e precarização, mas também a potência *amefricana* dessas vidas, conforme proposta de Lélia Gonzalez (2020).

Considerações finais

A produção de cuidado comunitário, vinculada a amplas áreas de manutenção da vida, principalmente durante a pandemia e depois, com a crise climática, foram aspectos de destaque na nossa pesquisa. Observamos práticas de cuidado surgidas de coletividades e redes que articulam vários atores e tramas sociais, sendo que a realização e a organização do cuidado estão nas mãos da coletividade, questão fundamental para definir o cuidado comunitário. Reforçamos a importância do cuidado como responsabilidade em comum, tanto do poder público quanto das comunidades, para a busca de equidade.

Recebido em 28 de agosto de 2025.
Aprovado em 20 de dezembro de 2025.

Referências

- BATTHYÁNY, Karina; GENTA, Natalia; PERROTA, Valentina. *El aporte de las familias y las mujeres al cuidado no remunerado de la salud en el Uruguay*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2015.
- BERARDI, Leda (org.). *Análisis Crítico del Discurso. Perspectivas latinoamericanas*. Santiago: Frasis Editores, 2003.
- BRUGÈRE, Fabienne. *A ética do cuidado*. São Paulo: Contracorrente, 2023.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.
- CONTATORE, Octávio Augusto; MALFITANO, Ana Paula Serrata; BARROS, Nelson Filice de. Por uma sociologia do cuidado: reflexões para além do campo da Saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, 17 (1): 1-23, 2019.
- CORREA, Ranna Mirthes Sousa. *Lutas por creches, lutas do cotidiano: cuidado e moralidades no ativismo de mulheres no Morro da Polícia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.
- ESQUIVEL, Valeria. *La economía del cuidado en América Latina: poniendo a los cuidados en el centro de la agenda*. El Salvador: Centro Regional de América Latina y el Caribe/PNUD, 2011.
- FLEURY, Sonia; FAVA, Virgínia M. D. Vacina contra Covid-19: arena da disputa federativa brasileira. *Saúde em Debate*, 46: 248-64, 2022.
- FONSECA, Cláudia. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*, 13(2): 49-68, 2002.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena Sumiko. *O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades*. Cotia: Ateliê Editorial, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. RIOS, F.; LIMA, M. (orgs.). Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- HIRATA, Helena Sumiko. *O cuidado. Teorias e práticas*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- LÓPEZ, Laura Cecilia; RODRIGUES, Caue; CORREA, Natália Inês Schoffen. Masculinidades cuidadoras: Experiências e trajetórias em contextos comunitários na cidade de São Leopoldo/RS. *Coisas Do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião*, 10 (2): 69-90, 2024.
- LÓPEZ, Laura Cecilia; SITO, Luanda Soares; BORRERO-RAMÍREZ, Yadira. E.

La dimensión global de las políticas de género y salud en América Latina: un análisis decolonial. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 21 (3): 380-90, 2021.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, 9: 73-101, 2008.

MOHANTY, Chandra. Bajo los ojos de Occidente. Academia feminista y discursos coloniales. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNANDEZ, Aída (eds.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008. pp. 117-63.

NUNES, Margarete Fagundes et al. “Era um hino de buzina de fábrica apitando”: memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil. *Etnográfica*, 17 (2): 269-91, 2013.

RICO, María Nieves; ROBLES, Claudia. *Políticas del cuidado en América Latina: forjando la igualdad*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2016.

SAMPAIO, Valdirene P. M. *Da trajetória da política habitacional ao encontro do Programa Minha Casa Minha Vida em São Leopoldo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

SELAU, Gabriela Passos; SCHNEIDER, Cristina Seibert. “Não Cabia Todo Mundo...”: A educação patrimonial na resignificação do valor simbólico da Casa da Feitoria. *Historiæ*, 12 (1): 151-70, 2021.

SILVA, Sueli Angelita. “ONDE ESTÁ O JOVEM NEGRO?” Fragilidades socioeducacionais da juventude negra: evasão escolar, violência e extermínio. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2022.

SOLANO, Xochitl Leyva; ICAZA, Rosalba. *En tiempos de muerte. Cuerpo, Rebelión, Resistencias*. Buenos Aires: CLACSO, 2019.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social*, 26 (1): 123-28, 2014.

TAJER, Débora. Construyendo una agenda de género en las políticas públicas en salud. In: TAJER, D. (comp.). *Género y Salud. Las Políticas en acción*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2012.

UGALDE, Cláudio; RIGATTI, Décio. Configuração espacial e desenvolvimento urbano-regional. UNISC, mimeo, 2007.

VEGA, Cristina; MARTINEZ, Raquel; PAREDES, Myriam. (ed.). *Cuidado, comunidad y común. Experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

VIVEROS-VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade. Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar et al. (orgs.). *Parteiras Tradicionais: conhecimentos compartilhados, práticas e cuidado em saúde*. Porto Alegre: Rede Unida, 2020.